

Circular nº 556/2024

Brasília (DF), 3 de dezembro de 2024

Às seções sindicais, secretarias regionais e à(o)s diretora(e)s do ANDES-SN

Assunto: Envia Relatório do XX Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES/IDES realizado no Rio de Janeiro (RJ), nos dias 18, 19 e 20 de outubro do corrente ano.

Companheira(o)s,

Encaminhamos o Relatório do XX Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES realizado no Rio de Janeiro. (RJ), nos dias 18, 19 e 20 de outubro do corrente ano.

Acesse os anexos por meio do link:
<https://drive.google.com/drive/folders/1zoodzxcifKimQGrQPSj3JhZ0foMgWkBD?usp=sharing>

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof.^a Francieli Rebelatto
Secretária-Geral

RELATÓRIO DO XX ENCONTRO NACIONAL DO SETOR DAS IEES-IMES-IDES

Tema: “AUTONOMIA E CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS, MUNICIPAIS E DISTRITAL”.

Local: Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Período: 18 a 20 de outubro de 2024.

Coordenação do setor: Alexandre Galvão (2º secretário, ANDES-SN), Gisvaldo Oliveira da Silva (2º tesoureiro, ANDES-SN), Gilberto Calil (1º VPR Regional Sul, ANDES-SN), Nora de Cássia Gomes de Oliveira (1º VPR da Regional Nordeste III) e Renata Gama (2ª VPR Regional Rio de Janeiro, ANDES-SN).

Seções sindicais presentes: ADCESP, ADESFAETEC, ADUEG, ADUEMG, ADUENF, SEDUENF, ADUEPB, ADUERN, ADUFS-BA, ADUNEB, ADUNEMAT, ADUNIMONTES, ADUNIOESTE, ADUPE, ADUSB, ADUSC, ADUSE-BA, APRUDESC, APUG, ASDUERJ, DCEUSP, FENET, SEPERJ, SEDUEM, SINDFAMES, SINDIUVA, SINDUECE, SINDUEPA, SINDURCA (Os nomes da(o)s representantes das seções sindicais e membros da diretoria seguem no final do presente relatório).

PROGRAMAÇÃO

Sexta feira – 18/10/2024:

16h – Credenciamento;
17h – Café;
17h30 – Mesa de abertura;
18h – Painel com apresentação das seções sindicais.

Sábado – 19/10/2024:

9h – Mesa: Criminalização das lutas, carreira e autonomia;
12h – Almoço;
14h – Pesquisa sobre o financiamento das IEES-IMES-IDES: experiências e possibilidades locais de utilização dos dados da pesquisa pelos GT verbas e Fóruns;
16h – Mesa: Condições de trabalho e adoecimento docente;
19h – Café.

Domingo – 20/10/2024:

9h – Plenária final - Discussão das resoluções do 42º Congresso do ANDES-SN e 67º CONAD e proposição de novos encaminhamentos para o 43º Congresso do ANDESSN.

SEXTA FEIRA – 18 /10/2024

16h30: Credenciamento;

18h: Mesa de abertura do XX ENCONTRO NACIONAL DO SETOR DAS IEES-IMES-IDES;

Coordenação: Renata Gama;

Composição da Mesa de Abertura: Gustavo Seferian - presidente do ANDES-SN; Cláudia Piccinini – 1ª vice-presidenta da Regional Rio de Janeiro; Amanda Moreira da Silva - presidenta da Asduerj; Regina Souza- presidenta da Sintuperj; Helenita Bezerra- representante do Fórum dos Servidores Públicos Estaduais;

19h – Painel das seções sindicais;

Coordenação: Nora de Cássia Gomes de Oliveira (1ª VPR da Regional Nordeste III);

Relatoria: Alexandre Galvão Carvalho (2º Secretário do ANDES-SN).

Nº	SEÇÃO SINDICAL	INFORMES APRESENTADOS ¹
1	ADUEG	Plano de carreira e dedicação exclusiva. A greve feita no ano passado foi considerada ilegal e judicializada pelo governo. A Reitoria tem se mostrado como um braço do governo. Foi aprovado o plano de cargos de salário. Governo queria implantar uma carreira longa, conseguiu-se 15 níveis. Segue a negociação sobre critérios de mudança de nível, governo criando uma série de dificuldades para as mudanças de nível. A ADUEG está em luta e mobilização.
2	APUG	A Câmara municipal aprovou uma lei implantando a lista tríplice ferindo a autonomia da universidade municipal. A seção sindical tem levado a cabo as seguintes lutas: pelo financiamento público, reivindicando orçamento do município para universidade; pela DE como regime de trabalho, pois o governo utiliza como gratificação; contra a EaD; contra o ponto eletrônico, que até o momento não se conseguiu barrar.
3	APRUDESC	Contratou-se uma assessoria econômica que faz um trabalho da evolução das perdas salariais. O programa da rádio das universidades tem divulgado as atividades sindicais. Objetivo é aproximar o ANDES-SN da base da seção sindical.
4	ADUNIOESTE	Na greve em 2023 as seções sindicais se uniram na luta para recuperar as perdas salariais. Houve avanço na carreira, a gratificação por titulação. O Estado não respeita a data base, mesmo sendo um estado rico. Briga pelo piso salarial, que é inferior ao piso nacional do magistério. A seção sindical tem feito lutas por concursos públicos; defesa de manutenção de cursos que o governo quer fechar e contra a precarização do trabalho docente.

¹ Informes enviados pelas SSIND. via e-mail ou Google forms. estão no anexo I

5	SINDIPROL	A seção sindical tem feito lutas pela data base; contra a política de privatização do governo Ratinho Jr.
6	SESDUEM	A seção sindical tem feito luta contra “Paraná faz ciência”, política do governo que tem apoio da população. Na cerimônia de lançamento do projeto, o sindicato não foi convidado.
7	SINDUEPG	Apontou o crescimento dos cursos de graduação, que mantiveram o mesmo número de docentes ao longo dos últimos vinte anos. Superexploração do trabalho é sancionada pela regulamentação interna da universidade. A intensificação do trabalho está sendo denunciada pela Sinduepg. Slogan de luta: A UEPG não cabe na LGU.
8	ADSFAETEC	A seção sindical tem feito luta pela implantação do plano de carreira sob o tripé ensino, pesquisa e extensão. As Reuniões com a administração não avançaram. Não há apoio à pesquisa.
9	ADUENF	A seção sindical tem feito luta contra o RRF que agora se chama Propag. Perigos da previdência no RJ - decreto pretende retirar dinheiro do fundo dos royalties que seriam destinados para a previdência. Criação do Fórum das 4. Plano de carreira dos docentes da UENF retido na casa civil.
10	ASDUERJ	A seção sindical faz parte do fórum dos servidores públicos do RJ e luta por recomposição salarial. A Asduerj tem feito lutas pela DE; pela reestruturação do plano de carreira; contra as diversas reformas da previdência; debate pela LOA na Alerj. A Seção sindical participou da audiência pública em Brasília sobre o Propag.
11	ADUEMG	- A greve da Uemg não avançou na mesa de negociação em relação ao acordo da greve de 2016, que continua sem ser cumprido, reivindicado durante os 2 meses em greve. Mas houve conquista: o não corte na ajuda de custo para o docente em licença de saúde, uma conquista financeira. Persiste os problemas da autonomia, pois a universidade é braço do governo. O Teto de horas impede a contratação de professores. Não há DE como regime de trabalho, é gratificação. A seção sindical continua fortalecendo a frente mineira de lutas com a Adunimontes.
12	ADUNIMONTES	Adoecimento docente aumentando, docentes sem poder tirar licença. Aposentadoria professor perde 40% de seus vencimentos
13	SINDFAMES	30% do corpo docente é filiado. Na FAMES não há eleição para diretor, todos os cargos são por indicação, não há conselho superior. A seção sindical protocolou uma proposta de recuperação salarial em razão do salário muito defasado. Muitos docentes têm outros empregos. A proposta da administração protocolada, não é a proposta da Sindfames, em relação ao salário. Há divergência.
14	SINDURCA	A luta unificada das seções sindicais. Sucateamento e subfinanciamento, fatores que levaram à greve dos docentes das 3 universidades. Governo judicializou o início da greve, antes mesmo da greve. Governo sindicalizou com corte de salário. Mesa de

		negociação reaberta para discutir recomposição salarial. Vitória histórica> inclusão da classe de professor titular na nossa carreira.
15	SINDUECE	Em relação à carreira docente, movimento já reivindica o plano nacional do piso do magistério como referencial para pensar a carreira.
16	SINDUVA	Luta por novos concursos públicos.
17	ADCESP	O governo judicializou e cortou os salários dos docentes durante a greve. Agora a seção sindical luta pela implementação do acordo judicial feito no final da greve, com 70% das cláusulas já cumpridas, mas cláusulas financeiras ainda não cumpridas. Luta pela instituição do professor auxiliar na carreira. Foram feitos dois atos para o cumprimento judicial com ato público contra-ataques à carreira: retirada da CH de pesquisa e extensão.
18	SINDUEPA	Lutas feitas com fóruns estaduais na assembleia legislativa pela recomposição salarial e questionamento da COP 30. Preocupação com a LOA.
19	ADUPE	O Estado de Pernambuco paga salários baixos aos docentes. A campanha salarial foi muito dura. O governo respeita a data base e conseguiu-se um aumento escalonado de 20% até 2026. Foi formada uma comissão tripartite para implantar o PCCV. Foi criado o professor titular, que está na carreira.
20	ADUEPB	O governo não repassa os 3% da lei da autonomia para a universidade estadual da paraíba. Não realização de concurso público e golpes no plano de carreira. Luta pelos retroativos das promoções. O Movimento Docente conseguiu 5% de reajuste salarial este ano.
21	FÓRUM DAS ADS DA BAHIA (ADUSB, ADUFS, ADUSC, ADUNEB)	Na Bahia, o Fórum das ADs continuou com intensas mobilizações no segundo semestre e conseguiu fechar um acordo salarial para os anos de 2025 e 2026, com data base em janeiro. O acordo garante a reposição da inflação e pode suprir perdas históricas, a depender do comportamento da inflação nos dois próximos anos. Além desse acordo, o Fórum iniciou no segundo semestre negociações em relação às promoções na carreira, que se encontram travadas nas quatro universidades e o fim da lista tríplice. A Aduneb entrou em greve e conseguiu uma importante vitória: o reajuste do valor pago de auxílio passagem aos docentes que se deslocam para seus locais de trabalho.
22	ADUNEMAT	A seção sindical iniciou campanha salarial. A defasagem salarial desde 2017 é de um 1/3 de perdas salariais. Muitos professores contratados, substitutos. Conquistas: PCCV. Lutas no horizonte: concurso público.

SÁBADO – 19/10/2024- MANHÃ

Mesa: Criminalização das lutas, carreira e autonomia;

Coordenação: Gisvaldo Oliveira;

Relatoria – Nora de Cássia Gomes de Oliveira;

Debatedora(s): Raquel Dias Araújo – 1ª vice-presidenta do ANDES-SN (Criminalização das lutas);

Exposição: RELAÇÃO DA CRIMINALIZAÇÃO COM A CARREIRA E AUTONOMIA²

A expositora iniciou a discussão apresentando os TRs aprovados no Congresso sobre o combate à criminalização das lutas e as atividades desenvolvidas pelo GTPFS, com destaque para a “Campanha Lutar não é crime”. A campanha nasce no Setor das IEES, no contexto das greves estaduais e diante da necessidade de tratar o tema. Destacou a formação da comissão do ANDES-SN que acompanha os casos de criminalização das lutas. Apresentou vários casos/exemplos de perseguição à(o)s docentes nas universidades estaduais e federais. Casos acompanhados pela Comissão de Enfrentamento à Criminalização da(o)s docentes e da luta.

Na greve das federais o tema da carreira ganhou destaque com mesa específica para tratar do tema e a discussão se desdobrou na necessidade de CONAD extraordinário.

No momento da greve, surge a primeira tentativa de criminalização através da cláusula de barreira. A segunda foi o estabelecimento de data para assinatura do acordo com qualquer entidade que estivesse na mesa, inclusive a Proifes.

Desdobramento: cobrança de boleto à ADUFES- por parte da Reitoria. Campanha da ADUFES e ANDES-SN: “Não vamos pagar nada”.

Greve da UESPI- Corte dos salários e criminalização da(o)s dirigentes. Contou com o acompanhamento do ANDES-SN e do fundo de solidariedade.

Greve das Estaduais do Ceará - Criminalização contra as seções e dirigentes das seções pelo governo petista de Elmano, com estabelecimento de multas tanto para as seções quanto para a(o)s dirigentes. A greve continuou e houve conquistas em relação à carreira.

UERJ- detenção de deputado e estudantes no momento da desocupação da Universidade, contra o movimento estudantil que resistiu às ações de resistência da(o)s estudantes contra as medidas autoritárias de cortes de verbas para assistência estudantil. Tentativa de deslegitimação pela reitoria da ASDUERJ.

A movimentação do ANDES-SN e ADUFES em defesa de Jacyara Paiva, que sofreu processo de tentativa de exoneração. “Jacy fica”- Campanha. Docentes e estudantes da Paraíba criminalizada(o)s pela reitoria interventora, enfrentam processos na polícia federal em decorrência de pronunciamento na Assembleia Legislativa criticando a intervenção na

² VER ANEXO II

Universidade. Caso do deputado Gustavo Gaia que denuncia pessoas que defendem a Palestina, associados ao Hamas e ao terrorismo.

A exposição apresentando vários exemplos de criminalização das lutas de docentes, estudantes e técnica(o)s permitiram compreender a adoção de medidas autoritárias de governos e reitorias contra a comunidade acadêmica. Foram apresentadas as ações do ANDES-SN no combate à criminalização do movimento, amparada nas resoluções definidas nos congressos, que orientam a política do sindicato. Nesse sentido, assumiu destaque na exposição a atuação da Comissão de Combate à Criminalização e a atuação conjunta com as seções sindicais em defesa da categoria.

Fernanda de Freitas Mendonça - Sindiprol/Aduel³

A expositora versou sobre o tema “a autonomia universitária a partir da luta contra a LGU nas universidades do Paraná”. A legislação como instrumento usado para a retirada da autonomia das universidades, e a LGU como exemplo concreto dessa tentativa.

Recupera o histórico da referida lei e as críticas feitas pelo movimento docente, através da realização de seminários e debates. A partir de 2021 foi aprovada a lei.

Seminário sobre a repercussão da lei. Reflexões sobre o ataque à autonomia das universidades.

- Redução do número de docentes;
- Realização de concursos só quando houver vagas abaixo de 80% das vagas. Redução drástica de concursos;
- Aumento dos contratos temporários e dificuldades para a luta devido às medidas de penalização dos docentes. Docente com 15 anos de trabalho como temporário. Foi apresentado gráfico ilustrativo da Universidade de Londrina com o alto percentual de temporários.);
- Limite a concessão de TIDE;
- Gestão orçamentária- repasse por aluno com valor baixo, repercute no orçamento das Universidades;
- Também estimula a terceirização - orçamento limitado;
- Não estabelece a revisão dos valores do orçamento, não absorve a inflação. Revisão de valores a partir de 4 anos;
- Desconsidera as pesquisas, serviços, extensão no orçamento pois não entra no cálculo do custeio, o que desestimula essas atividades;
- Gráficos sobre o orçamento das universidades. (anexo IV);
- Análise de dados sobre o financiamento das universidades do Paraná;
- Levantamento inicial sobre o impacto de emendas parlamentares no orçamento das universidades
- Interesses políticos das emendas parlamentares

³ VER ANEXO III

Alexandre Galvão Carvalho- Carreira docente e autonomia

A exposição versou sobre a carreira e como a autonomia se relaciona com a carreira. (anexo V).

Destaque do Caderno 2 para a compreensão do significado da carreira única, aspiração histórica do ANDES-SN. As greves do setor têm demonstrado a importância do tema da carreira e as conquistas estão relacionadas. O último CONAD foi um marco importante para a conquista da carreira única. Definição de diretrizes gerais:

- Carreira e a relação com a autonomia universitária;
- Carreira ancorada no projeto de educação do ANDES-SN;
- Pesquisa, Ensino e Extensão.

Estrutura de carreira definido no CONAD:

- A(O)s docentes ingressarão por concurso;
- Toda(o)s iniciarão a carreira pela base da carreira e farão o percurso;
- Valorização do tempo e avaliação pelos pares; independente da titulação;
- A titulação não é impeditiva para chegar ao topo da carreira;
- A carreira não está vinculada à ocupação de cargo; os cargos serão considerados como atividades, mas não podem ser mais valorizados que outras atividades para o percurso na carreira;
- A carreira não pode estar condicionada a orçamentos;
- O piso salarial profissional nacional do magistério como referência para piso gerador da malha salarial;
- Dedicção exclusiva
- Política de capacitação docente (bolsas, professor(a) substituto(a) etc.);
- Indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão;
- Isonomia - graduação e pós-graduação têm o mesmo peso;
- Combate à exploração do trabalho da(o)s substituta(o)s;
- Defesa da(o)s aposentada(o)s - paridade entre ativa(o)s e aposentada(o)s;
- Mobilidade docente e ingresso por concurso (atenção com a implementação/garantia das cotas). Garantia dos percentuais em caso de mobilidade entre sistemas;
- Defesa da legislação que garante os direitos da(o)s docentes nos estados;
- Plano de lutas para o Setor está articulado com as diretrizes definidas para a construção da carreira única. Merece especial atenção a luta pela autonomia universitária para a garantia da carreira.

DEBATE

No debate foram apontadas as seguintes questões:

A UEG enfrenta a intervenção e a alteração na estrutura da universidade, com fechamento de campus no interior de Goiás; retirada de isonomia e diferenciação com a(o)s aposentada(o)s (não inclusão da(o)s aposentada(o)s na alteração do plano de carreira); luta por vagas e fluxo contínuo de DE, 25 anos de luta. DE é salário.

Na Adunioeste foi destacada a situação da(o) titular que precisa fazer concurso para acessar. A luta para incluir a(o) titular no bojo da carreira sem concurso. Uma luta a ser assumida pelo Setor, com levantamento pelo Setor a respeito. A LGU se opõe ao que defendemos para a carreira. O efeito das emendas parlamentares e no debate com a(o)s reitora(e)s, não há atenção com a(o)s docentes temporária(o)s. Podemos filiar essa(e)s professora(e)s.

Ressaltou-se a campanha do Setor e distribuição de algumas camisetas para estimular as seções produzirem o material.

Destacou-se a ação da polícia da Bahia que mata a juventude negra do estado e as lideranças indígenas e quilombolas. E a ação repressora à(ao)s docentes baiana(o)s nas greves de 2015 e 2019. Em 2023 sofremos de novo ameaças verbais do governador. Temos resistido e enfrentado as ações repressoras.

No Mato Grosso, a campanha salarial tem se concentrado na reivindicação de realização de concurso público, diante do alto número de professora(e)s substituta(o)s. O concurso recompõe o quadro e reforça a luta com professora(e)s efetiva(o)s e que passam a ter algumas garantias e menos vulnerabilidades em relação à garantia de manutenção do trabalho. Necessidade diante das aposentadorias de parte da categoria. Na LDO de 2025 está previsto a realização dos concursos, fruto da luta do movimento.

Em SP lembrou-se sobre as várias formas de perseguições de docentes (avaliações de atividades, de cursos) que enfraquece/desanima a participação sindical na USP. Inclusão de assédio nas CIPAs. Titular é cargo, precisa fazer concurso para alcançar. Sugestão: dar visibilidade a campanha contra a lista tríplice nas universidades do Setor.

No Ceará não se discutiu sobre o teto da nossa carreira das Estaduais. Incluir a discussão no Setor.

Preocupação com a criminalização do movimento docente e a relação com orçamento e atuação do capital (interdição da justiça). No Ceará houve uma violência brutal do estado. Os exemplos mostram a necessidade da nossa vigilância permanente e defesa da autonomia. Atenção com os ataques a partir da legislação. Sobre a criminalização das lutas - como arma da luta de classe. Violência física e jurídica. O desmonte das lutas da classe trabalhadora. Para defender a carreira única precisamos afinar a defesa de nossas lutas.

Em relação ao Piauí, sobre as deliberações do CONAD que suscitaram dúvidas: adicional por titulação. No estado ficou proibido qualquer incorporação de gratificação ao salário. - Como se dará a afirmação da indissociabilidade da pesquisa, ensino e extensão? - Como será operado os 50% do piso?

ADFAETEC - vivencia-se o desmonte da carreira e do serviço público. O processo de criminalização conta com o aparato jurídico do País e se coloca como elemento de negociação nos momentos de greve. (Retirada de multas). A justiça se transformou em interlocutor nas mesas de negociação. Despolitiza o debate sobre carreira.

Na ASDUERJ - informou-se sobre a DE, com ganhos, mas que pode ter recurso da justiça.

Reforçou-se a necessidade de campanha de filiação implementada pelo ANDES-SN. Sobre as promoções retidas na Bahia, o governo sequer conhece a quantidade de docentes que estão na fila aguardando a garantia do direito. Não é o orçamento que impede a implementação, mas a falta de vontade política do governo.

No SINDUEPA, sobre DE, lembrou-se acerca da diminuição do orçamento da Universidade. O TIDE, a pontuação de gestão é maior do que a de extensão, direcionado para a política da reitoria. A DE precisa ser fortalecida e implementada.

Encerramento da Mesa

Lembrou-se os vários elementos que compõem a malha salarial. O piso como referência é um ganho político. O 50% constitui a referência inicial acrescido dos outros elementos. O adicional de titulação é o único para a composição do salário. A proposta de carreira é um instrumento de luta para combater os ataques que temos sofrido na carreira.

A necessidade de vigilância constante contra os ataques perpetrados pelo Estado e seus agentes. Atenção para não acirrar a disputa interna nas instituições que desviam o foco da luta pelo que nos une.

Registro a recorrência da violência no movimento docente na Bahia. O processo de desestruturação da carreira pelo capital/Estado e a importância da luta pelo futuro e pelo combate ao ataque do capital. O destaque de outras formas de violência e que vem sendo enfrentado pelo ANDES (casos de assédio, avaliação, registro de carreira: Educ. Física). A carreira única como elemento de enfrentamento à desestruturação da carreira.

Proposta de encaminhamento:

Considerando:

1. O acúmulo que temos sobre a elaboração de uma proposta de carreira única docente.
2. Que estados, DF e municípios têm situação fiscal díspares, e também diferentes regras de financiamento da educação superior.
3. Que a legislação fiscal (Regimes de Recuperação, de Pagamento de Dívida, ou mesmo a Lei de Responsabilidade Fiscal) não é o parâmetro utilizado pelo ANDES – SN na discussão sobre o financiamento da educação superior.

Propomos:

1. Que o estudo sobre o financiamento de cada uma das IEES, IMES e IDES convirja para a elaboração de uma proposta de financiamento único da educação superior no país.
2. Que a construção da proposta e carreira única docente dialogue com a proposta de financiamento único da educação superior no País.

SÁBADO – 19/10- TARDE

14h – Mesa: Pesquisa sobre o financiamento das IEES-IMES-IDES: experiências e possibilidades locais de utilização dos dados da pesquisa pelos GT verbas e Fóruns;

Coordenação: Gilberto Calil;

Relatoria: Alexandre Galvão Carvalho;

Composição da mesa: José Caetano (Bolsista) e Renata Gama (Coordenação do Setor das IEES-IMES-IDES)

José Caetano - Apresentação da pesquisa sobre orçamento das IEES-IMES-IDES. Histórico da pesquisa. Aspectos gerais da pesquisa. Atualização dos dados e início da realização de oficinas. Atualização e ampliação dos dados com informações sobre a receita. Transformar dados em informações. Exemplo utilizado da despesa MG.

Renata Gama - Regime de Recuperação Fiscal (RRF), sistema da dívida nos estados, PROPAG, Lei Kandir e isenção fiscal que afeta estados e municípios, emendas parlamentares e as universidades.

Na exposição abordou-se temas fundamentais para o orçamento dos estados. O primeiro deles se refere ao Regime de Recuperação Fiscal criado pela Lei Federal nº 159/2017 do presidente golpista Temer. O estado do Rio de Janeiro ingressou neste regime logo em 2017, posteriormente foram os estados de Goiás e Rio Grande do Sul. Minas Gerais está no processo de adesão. Esse regime impõe uma espécie de reforma administrativa à(o)s servidora(e)s. No estado do Rio de Janeiro foi esse regime por acabar com os triênios da(o)s nova(o)s servidora(e)s. Atualmente está em debate um novo acordo entre a união e os estados endividados, chamado de Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (PROGAG). Esse projeto está em tramitação no senado e é de autoria do senador Rodrigo Pacheco e impõe um teto de gastos duríssimo aos estados que ingressarem.

Um outro tema fundamental abordado é a Lei Kandir, que isenta pagamento de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre as exportações de produtos primários e semielaborados ou serviços. Afeta diretamente nos orçamentos dos estados, reduzindo a arrecadação e privilegia o agronegócio, petrolíferas e mineradoras. Universidades que possuem algum tipo de subvinculação com o ICMS podem ser prejudicadas por essa legislação e também pela reformulação promovida pela reforma tributária.

Com a asfixia no orçamento público, as universidades têm recorrido às emendas parlamentares. Em 9 anos a destinação do dinheiro público para as emendas parlamentares cresceu 23 bilhões de reais. Parte desse orçamento são provenientes de parlamentares de direita, com prováveis interesses no âmbito da universidade pública.

Abriu-se o debate:

Ressaltou-se a renúncia fiscal como elemento danoso para o orçamento dos estados e universidades.

A reforma tributária e suas consequências: “Por causa da reforma tributária e da substituição do ICMS pelo IBS, o Fórum das Seis em SP vem desde ano passado estudando possibilidades de financiamento. Estamos propondo o percentual de 8,64% da receita tributária líquida, proposta que vai ao encontro da apresentada pelo Cruesp, o que corresponde a 10% da arrecadação do ICMS - quota-parte do estado (atualmente o repasse é de 9,57%). Os governadores estão diminuindo renúncia de receitas para aumentar a arrecadação por causa do fundo de repasse durante a transição do ICMS para IBS. ”

Na Bahia o contingenciamento do orçamento das Universidades trava o desenvolvimento da carreira.

Deve-se se fazer campanha de não pagamento da dívida.

A subvinculação e orçamento no PA – Lutar pela defesa da subvinculação.

15h30 – Mesa: Condições de Trabalho e Adoecimento Docente;

Leni Sato (USP): *Relação Entre Trabalho E Saúde.*

A apresentação versou sobre quatro pontos: a) discussão conceitual sobre a relação trabalho e saúde; b) reflexões sobre o atual modo de gerenciamento do trabalho em instituições públicas, sob o neoliberalismo, suas implicações para o cotidiano de trabalho da(o)s trabalhadora(e)s e, consequentemente, para sua saúde; c) percepções e avaliações de docentes sobre esta política e repercussões sentidas em suas condições de vida e de saúde; d) modos como professoras e professores lidam e enfrentam tais condições.

Para tanto, a apresentação baseou-se em estudos sobre o campo de investigação e de práticas em saúde do(a) trabalhador(a) e medicina social latino-americana (conceito de desgaste físico e mental), sobre a Nova Gestão Pública (colonização das escolas/universidades públicas e serviços de saúde públicos pela lógica empresarial e de mercado) e sobre a realidade de trabalho e saúde de docentes de ensino superior no Brasil e no Chile.

Gilberto Calil (ANDES-SN): *Enquete nacional sobre saúde docente do ANDES-SN*⁴

Foram apresentadas as etapas da Enquete. 1ª etapa: Tempo de trabalho, tecnologias digitais e trabalho remoto, saúde docente, relações de trabalho, organização sindical. 2ª etapa: formulários - respostas das universidades/qual o setor.

⁴ VER ANEXO VI

Em seguida, discorreu-se sobre as estratégias para ampliar o número de respostas, os instrumentos de reflexão e mobilização da categoria

Gisvaldo Oliveira (GTPCEGDS/ ANDES-SN): *Lutas e Combate às Opressões*⁵.

Foi apresentado o calendário permanente de lutas do GT, as Campanhas do GT e cartilhas – assédios. Em seguida, discorreu-se sobre as vitórias das nossas lutas, a proposta de protocolo contra assédios e diversas violências que se relacionam com esse tipo e crime. Finalmente, apresentou-se como tem se desenvolvido a campanha: “Sou docente antirracista”.

DEBATE

Destacou-se que a saúde docente está relacionada contra as opressões. A pesquisa deve mobilizar mais a categoria docente, pois ela visa um despertar das consciências.

O Sindicato Nacional precisa se preocupar com os aposentados – enquete pode contribuir para isso.

As mulheres são administradores das crises.

O adoecimento é produto da adaptação, o limite subjetivo foi ultrapassado dependendo da situação e contexto. Em relação à dimensão do desgaste, ele não inclui apenas o adoecimento.

A Enquete tem mostrado o conjunto de patologias relacionadas com o trabalho.

Em relação aos assédios: a luta de enfrentamento às opressões deve ser permanente, daí a necessidade de um calendário.

DOMINGO (18/10/2024) MANHÃ

9h – Plenária final - Discussão das resoluções do 42º Congresso do ANDES-SN e 67º CONAD e proposição de novos encaminhamentos para o 43º Congresso do ANDESSN.

Local: Capela Ecumênica

9h - Apresentação do documentário “*Lutas e Organização do ANDES-SN no Setor das Estaduais, Municipais e Distrital*”, disponível em: <https://youtu.be/NQkLpZqM71s?si=A0R0aJgmuUdkRWhy> >

10h-13h – Plenária para discutir propostas do Setor das IEES, IMES e IDES do ANDES-SN para o 43º Congresso do ANDES-SN

⁵ VER ANEXO VII

PLANOS DE LUTAS DOS SETORES - IEES/IMES/IDES

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN continue a pesquisa sobre financiamento das IEES-IMES-IDES até o próximo Congresso, na perspectiva de fortalecer e intensificar a luta das seções do setor das IEES-IMES, contribuindo nas mobilizações e negociações.

Situação: A pesquisa está em andamento. Foram incluídos novos estados no levantamento e o DF, além de novas informações, a exemplo, da atualização das tabelas. Publicização das informações: card. Reunião com as regionais e fóruns tiveram consequências.

Proposta: Avaliar conjuntamente no encontro sobre a pertinência ou não de continuar com a pesquisa até o próximo congresso. Avançar nos dados, a exemplo de informações sobre as isenções fiscais a serem coletadas pelos estados e municípios (GT verbas, fóruns, seções sindicais) com auxílio dos bolsistas.

Debate: Todas as falas apontaram para a continuidade da pesquisa. Foi indicada a necessidade de haver maior divulgação dos dados da pesquisa e pontuada a importância que se avance em temáticas como perdas salariais, isenções fiscais e emendas parlamentares.

2. Que o ANDES-SN acentue o combate ao desfinanciamento das Universidades Estaduais e Municipais que ocorrem por meio de RRF nos estados, Lei Kandir, desoneração fiscal nos estados e a Lei de Responsabilidade Fiscal, entre outros.

Situação: Foram feitos vídeos contra a RRF e a imprensa deu destaque para o tema. Participaremos de audiência pública em Brasília.

Proposta: Luta contra a PROPAG, desoneração fiscal, RRF, Lei de responsabilidade fiscal e a Lei Kandir.

Debate: Foi ressaltado a importância da luta contra qualquer regime semelhante, podendo ser RRF, propag. Além da luta contra o Pacto Federativo, com o ente federado agindo como agiota. Campanha pelo não pagamento da dívida e incluir sempre a auditoria da dívida. Avançar para além da publicização, com uma luta coletiva, articulada com outros estados, a nível nacional. Aumentar a pressão na audiência pública do dia 06/11, com ônibus saindo dos estados, principalmente RJ e MG.

3. Que o ANDES-SN mantenha e fortaleça a campanha “Universidades Estaduais e Municipais: Quem conhece, defende!”, até o próximo congresso do ANDES-SN, com o objetivo do setor ganhar ainda mais destaque na mídia nacional do ANDES-SN, aproximando e nacionalizando as lutas das diferentes seções sindicais do setor. A continuidade da campanha se dará por meio da contratação de empresa exclusivamente para a produção da identidade visual da campanha, produção audiovisual, produção de rádio, com proposta orçamentária

de aproximadamente R\$ 100.000,00, com possibilidade de variação de valor que não ultrapasse 10% do valor orçado inicialmente.

Situação: A imprensa fez várias matérias, audiovisuais. Peças de divulgação foram feitas. Incluímos a criminalização das lutas nos materiais audiovisuais. Será produzido um material sobre a defesa dos concursos públicos, com garantia de cotas e que seja com DE.

Proposta: Continuidade da campanha.

Debate: Todas as falas apontaram para importância e continuidade da campanha. Fazer materiais mais personalizados por regionais, que apontem as questões e problemas locais. Por exemplo, está tendo no Estado do Rio de Janeiro uma campanha pelo revogaço, que está no escopo do RRF. Esse é um assunto específico que poderia aparecer também nos materiais. Defesa dos concursos públicos na defesa em acordo com a lei de cotas. Que essa temática entre no escopo da campanha.

4. Que o ANDES-SN realize a semana de lutas do setor das IEES-IMES-IDES no primeiro semestre de 2024.

Situação: Foi realizado. Foi organizado na reunião do setor, em Campinas, os principais eixos da semana de lutas.

Proposta: Realizar no primeiro semestre de 2025.

5. Que o ANDES-SN realize o XX Encontro Nacional do setor das IEES-IMES-IDES no segundo semestre de 2024, com local e data a serem definidos em reunião do setor.

Situação: Sendo realizado.

Proposta: Encontro nacional em 2025, com local a ser definido na reunião do setor.

6. Que o ANDES-SN aprofunde a investigação sobre adoecimento docente no setor das IEES-IMES, no marco da continuidade da enquête nacional.

Situação:

Proposta: Continuar aprofundando a investigação sobre adoecimento docente no setor.

7. Que o setor das IEES/IMES-IDES, em conjunto com o GTPCEGDS construa protocolo de acolhimento, prevenção e combate aos assédios moral e sexual e de diversas formas de violências, para compor nossas pautas gerais de luta.

Situação:

Proposta: Cumprido.

Debate: Aprofundar o debate sobre a presença dos povos originários nas instituições públicas. A lei de cotas de ingresso de indígenas não está sendo cumprida. O ANDES-SN promoveu um seminário integrado que teve a participação de um professor indígena. A atualização da cartilha do GTPCEGDS inclui a inclusão dos povos originários.

8. Que o ANDES-SN altere o nome do setor das IEES-IMES para setor das IEES-IMES-IDES (Instituições Estaduais de Ensino Superior, Instituições Municipais de Ensino Superior, Instituições Distritais de Ensino Superior).

Situação: Cumprido.

9. Que o ANDES-SN atualize, reedite e dê ampla divulgação às publicações sobre todas as diversas formas de assédio.

Situação: Cumprido.

Debate: Já foi acumulado sobre a atualização da cartilha. Além da formulação de um protocolo de combate ao assédio, que será encaminhado ao congresso.

10. Que ANDES-SN, por meio das regionais e juntos às seções sindicais, amplie a luta nos estados pela revogação das leis estaduais que versem sobre a Lista Tríplice, para garantir que o processo de escolha das reitorias se iniciem e encerrem no âmbito das IEES-IMES.

Situação: Ouvir o que as seções e regionais têm feito a respeito.

Proposta: Incorporar na campanha.

Debate: As seções sindicais têm se mobilizado contra a implementação da lista tríplice (a exemplo da municipal de Gurupi). Foi ressaltado a importância de dar destaque a essa pauta, para inibir o avanço desse retrocesso. A maioria das ssind que se inscreveram declaram que na ieess em que trabalham não há lista tríplice.

11. Que o ANDES-SN e suas seções sindicais sigam estimulando debates e continue dando divulgação nacional à luta contra a LGU e similares, denunciando os inúmeros prejuízos que causam às universidades, em especial no que se refere à limitação do financiamento, da autonomia das universidades, bem como dos ataques aos direitos.

12. Indicar que o ANDES-SN, através da Regional Sul, apoie e integre, juntamente com as seções sindicais do Paraná, a organização do III Seminário Estadual sobre a LGU, no segundo trimestre de 2024.

13. O ANDES-SN, por meio da Regional Sul, publicará, em conjunto com o comando sindical docente, que congrega as seções sindicais representativas dos docentes das IEES do Paraná, materiais com análises dos impactos da LGU

14. Orientar a Regional Sul do ANDES-SN a financiar publicação desse material.

Situação: Cumprido.

Proposta: Continuar a luta.

Debate: Os itens 11, 12, 13 e 14 foram debatidos de forma conjunta.

PROPOSTAS DA COORDENAÇÃO DO SETOR DAS IEES/IMES/IDES A SEREM LEVADAS AO 43º CONGRESSO DO ANDES-SN.

Sobre Carreira:

1. Lutar para que todas as classes e níveis nas atuais carreiras, enquanto elas se mantiverem sejam acessíveis a todas, todes e todos a(e/o)s docentes enquanto elas se mantiverem, sem a necessidade de concurso externo ou limitação por cotas/vagas.
2. Que o Setor se envolva no planejamento e execução na campanha pela implementação do Piso Nacional da Educação aprovado no 15º CONAD Extraordinário.

Sobre a gestão democrática e autonomia:

1. Fortalecer em todos os estados, municípios e DF a luta contra a lista tríplice. Incorporar o tema na campanha “Universidades Estaduais, municipais e distrital: quem conhece defende!”

Debate:

1. Dar maior concretude às propostas apresentadas.

**LISTAS DE PRESENÇA – XX ENCONTRO NACIONAL DO SETOR DAS IEES,
IMES E IDES**

Datas: Período de 18/10/2024 a 20/10/2024

Local: ADUERJ

18/10/2024 (SEXTA-FEIRA) – ABERTURA

Diretoria: Alexandre Galvão (2º SECRETÁRIO), Ceane Andrade Simões (1º TESOUREIRA REGIONAL NORTE), Claudia Lino Piccinini (1ª VPR REGIONAL RIO DE JANEIRO), Gilberto Grassi Calil (1º VPR REGIONAL SUL), Gustavo Seferian Machado (PRESIDENTE), Luciana Henrique da Silva (2ª SECRETÁRIA REGIONAL PANTANAL), Michele Schultz Ramos (1ª VPR REGIONAL SÃO PAULO), Nora de Cássia de Oliveira (1ª VPR REGIONAL NORDESTE III), Raquel dias Araújo (1ª VICE-PRESIDENTA), Renata Marins Alvim Gama (1ª VPR REGIONAL RIO DE JANEIRO),

Seções sindicais e entidades estudantis: Marcelo Reges (ADCESP), Ronaldo Formiga (ADESFAETEC), Divina Aparecida Leonel Lunas (ADUEG), Camila Moura Pinto (ADUEMG), Carlos Eduardo Veiga de Carvalho (ADUENF SESDUENF), Jefferson Rodrigues de Souza (ADUENF SESDUENF), Maria Raquel Garcia Veja (ADUENF SESDUENF), Jefferson Garrido de Araújo Neto (ADUERN), João Diógenes Ferreira dos Santos (ADUFS BA), Clóvis Piau Santos (ADUNEB), Tânia Ferreira dos Santos (ADUNEB), Domingos Savio da Cunha Garcia (ADUNEMAT), Thiélide Verônica da Silva Pavanelli Troian (ADUNEMAT), Ildenilson Meireles Barbosa (ADUNIMONTES), Sabrina Grassioli (ADUNIOESTE), Edvaldo de Melo Pinto (ADUPE), Tania Maria Lago Falcão (ADUPE), Luiz Óscar Cardoso Ferreira (ADUPE), Terezinha de Jesus Pontes Lucas (ADUPE), Andrea Silva Gomes (ADUSB), Jânio Roberto Diniz dos Santos (ADUSB), Hayaldo Copque Fraga de Oliveira (ADUSB), Iricema Oliveira Lima (ADUSB), João Reis Novaes (ADUSB), Jorge Barros (ADUSB), Letícia Santos Azevedo (ADUSB), Diadiney Helena de Almeida (ADUSC), Diego Ramon Silva Machado (SINDUEPA), Fernando Ant. Castelo Branco (SINDURCA), Elizabete Carlos do Vale (ADUEPB), Fernando de Oliveira Magre (SINDFAMES), Marcelo Rocha (ADUSB), Sâmbara Paula (ANDES-SN), Helenita Beserra (SEPERJ), Amanda Moreira (ASDUERJ), Raquel Dias (ANDES-SN), Frederico Irias (ASDUERJ), Luciene da S. Nascimento (ASDUERJ), Thaís Rochele (UNE), Danielly M. Oliveira dos Santos (UNE e DCEUSP), Marcelo da Silva Lins (ADUSE-BA), Lucineide Barros (ADCESP), Nicole Viana (FENET), Valesca Barreto (UBES R.I), Fernanda de Freitas (UEL/PR), Vânia Beatriz Müller (APRUDESC), Antonio Jeronimo Netto (APUG), Gregory Magalhães Costa (ASDUERJ), Juan Pablo S. Tapiro (ASDUERJ), Luis Paulo Cruz Borges (ASDUERJ), Alessandro Santos Da Rocha (SESDUEM), Emerson Ferreira De Almeida (SINDIUVA) Nilson de Souza Cardoso (SINDUECE).

19/10/2024 (SÁBADO)

Diretoria: Alexandre Galvão (2º SECRETÁRIO), Ceane Andrade Simões (1º TESOUREIRA REGIONAL NORTE), Claudia Lino Piccinini (1ª VPR REGIONAL RIO DE JANEIRO), Gilberto Grassi Calil (1º VPR REGIONAL SUL), Gustavo Seferian Machado (PRESIDENTE), Luciana Henrique da Silva (2ª SECRETÁRIA REGIONAL PANTANAL), Michele Schultz Ramos (1ª VPR REGIONAL SÃO PAULO), Raquel Dias Araújo (1ª VICE-PRESIDENTA), Renata Marins Alvim Gama (1ª VPR REGIONAL RIO DE JANEIRO),

Seções Sindicais e entidades estudantis: Divina Aparecida Leonel Lunas (ADUEG), Camila Moura Pinto (ADUEMG), Carlos Eduardo Veiga de Carvalho (ADUENF SESDUENF), Jefferson Rodrigues de Souza (ADUENF SESDUENF), Maria Raquel Garcia Veja (ADUENF SESDUENF), João Diógenes Ferreira dos Santos (ADUFS BA), Clóvis Piau Santos (ADUNEB), Thiélide Verônica da Silva Pavanelli Troian (ADUNEMAT), Sabrina Grassioli (ADUNIOESTE), Tania Maria Lago Falcão (ADUPE), Andrea Silva Gomes (ADUSB), Jânio Roberto Diniz dos Santos (ADUSB), Hayaldo Copque Fraga de Oliveira (ADUSB), Iracema Oliveira Lima (ADUSB), Jorge Barros (ADUSB), Letícia Santos Azevedo (ADUSB), Diadiney Helena de Almeida (ADUSC), Diego Ramon Silva Machado (SINDUEPA), Fernando Ant. Castelo Branco (SINDURCA), Elizabete Carlos do Vale (ADUEPB), Fernando de Oliveira Magre (SINDFAMES), Marcelo Rocha (ADUSB), Sâmbara Paula (ANDES-SN), Helenita Beserra (SEPERJ), Amanda Moreira (ASDUERJ), Raquel dias (ANDES-SN), Frederico Irias (ASDUERJ), Luciene da S. Nascimento (ASDUERJ), Thaís Rochele (UNE), Danielly M. Oliveira dos Santos (UNE e DCEUSP), Marcelo da Silva Lins (ADUSE-BA), Lucineide Barros (ADCESP), Nicole Viana (FENET), Valesca Barreto (UBES R.I), Fernanda de Freitas (UEL/PR), Vânia Beatriz Müller (APRUDESC), Antonio Jeronimo Netto (APUG), Juan Pablo S. Tapiro (ASDUERJ), Luis Paulo Cruz Borges (ASDUERJ), Alessandro santos Da Rocha (SESDUEM), Emerson Ferreira De Almeida (SINDIUVA) Nilson de Souza Cardoso (SINDUECE), Otavio Rocha Leão (ASDUTRS), Rebeca Hennemann V. de Souza (ADCESPI), Valéria Raquel Porto de Lima (ADUEPB), Amanda Moura (ASDUERJ).

20/10/2024 (DOMINGO)

Diretoria: Alexandre Galvão (2º SECRETÁRIO), Ceane Andrade Simões (1º TESOUREIRA REGIONAL NORTE), Claudia Lino Piccinini (1ª VPR REGIONAL RIO DE JANEIRO), Gilberto Grassi Calil (1º VPR REGIONAL SUL), Gustavo Seferian Machado (PRESIDENTE), Luciana Henrique da Silva (2ª SECRETÁRIA REGIONAL PANTANAL), Nora de Cássia de Oliveira (1ª VPR REGIONAL NORDESTE III), Raquel Dias Araújo (1ª VICE-PRESIDENTA), Renata Marins Alvim Gama (1ª VPR REGIONAL RIO DE JANEIRO),

Seções sindicais e entidades estudantis: Marcelo Reges (ADCESP), Divina Aparecida Leonel Lunas (ADUEG), Camila Moura Pinto (ADUEMG), Carlos Eduardo Veiga de Carvalho (ADUENF SESDUENF), Jefferson Rodrigues de Souza (ADUENF SESDUENF), Maria Raquel Garcia Veja (ADUENF SESDUENF), Jefferson Garrido de Araújo Neto (ADUERN), João Diógenes Ferreira dos Santos (ADUFS BA), Clóvis Piau Santos (ADUNEB), Tânia Ferreira dos Santos (ADUNEB), Domingos Savio da Cunha Garcia (ADUNEMAT), Thiélide Verônica da Silva Pavanelli Troian (ADUNEMAT), Sabrina Grassioli (ADUNIOESTE), Tania Maria Lago Falcão (ADUPE), Luiz Óscar Cardoso Ferreira (ADUPE), Terezinha de Jesus Pontes Lucas (ADUPE), Andrea Silva Gomes (ADUSB), Jânio Roberto Diniz dos Santos (ADUSB), Hayaldo Copque Fraga de Oliveira (ADUSB), Iracema Oliveira Lima (ADUSB), Jorge Barros (ADUSB), Letícia Santos Azevedo (ADUSB), Diadiney Helena de Almeida (ADUSC), Diego Ramon Silva Machado (SINDUEPA), Fernando Ant. Castelo Branco (SINDURCA), Elizabete Carlos do Vale (ADUEPB), Fernando de Oliveira Magre (SINDFAMES), Marcelo Rocha (ADUSB), Sâmbara Paula (ANDES-SN), Helenita Beserra (SEPERJ), Amanda Moreira (ASDUERJ), Raquel dias (ANDES-SN), Frederico Irias (ASDUERJ), Luciene da S. Nascimento (ASDUERJ), Thaís Rochele (UNE), Danielly M. Oliveira dos Santos (UNE e DCEUSP), Marcelo da Silva Lins (ADUSE-BA), Lucineide Barros (ADCESP), Nicole Viana (FENET), Valesca Barreto (UBES R.I), Fernanda de Freitas (UEL/PR), Antonio Jeronimo Netto (APUG), Gregory Magalhães Costa (ASDUERJ), Juan Pablo S. Tapiro (ASDUERJ), Alessandro santos Da Rocha (SESDUEM), Emerson Ferreira de Almeida (SINDIUVA).